

# Saber, fazer, existir

## **o povo Rikbaktsa o *Tutāra* (colar de casamento) e o rio *Tutāra itsik* (“água de concha” ou rio Arinos)**

### Resumo executivo

#### Sobre o relatório técnico

“**Saber, fazer, existir: o povo Rikbaktsa o *Tutāra* (colar de casamento) e o rio *Tutāra itsik* (“água de concha” ou rio Arinos)**” é um relatório técnico elaborado pela antropóloga Adriana Athila e encomendado pela Operação Amazônia Nativa (OPAN) que discorre sobre a importância do colar *Tutāra* e do rio Arinos para as práticas culturais, a sociocosmologia e a organização social do povo Rikbaktsa.

Contando com cerca de 1800 pessoas, que circulam ao longo de pelo menos 37 aldeias, os Rikbaktsa estão localizados no extremo noroeste do estado de Mato Grosso, na bacia do rio Juruena. A maioria das aldeias está concentrada à margem direita do Juruena, com a dispersão das demais pelos rios do Sangue e Arinos, ao longo das Terras Indígenas (TI) Erikpatsa e Japuira – contíguas e à margem direita do Juruena - e da TI Escondido, na margem esquerda do baixo curso daquele rio.

Com 111 páginas, Athila elaborou um robusto e completo estudo que caracteriza o ambiente do *tutāra*, recursos materiais e imateriais, bem como o modo de existência Rikbaktsa. Aborda o *tutāra* como símbolo da identidade feminina e da coletividade em seu ciclo ritual; adentra a questão do casamento, além de fazer uma profunda e detalhada caracterização formal da peça, revelando seu sentido enquanto tecnologia social sustentada cerimonial e cotidianamente pelo povo Rikbaktsa. Por fim, situa as irreversíveis consequências para os Rikbaktsa diante dos efeitos de projetos de infraestrutura.

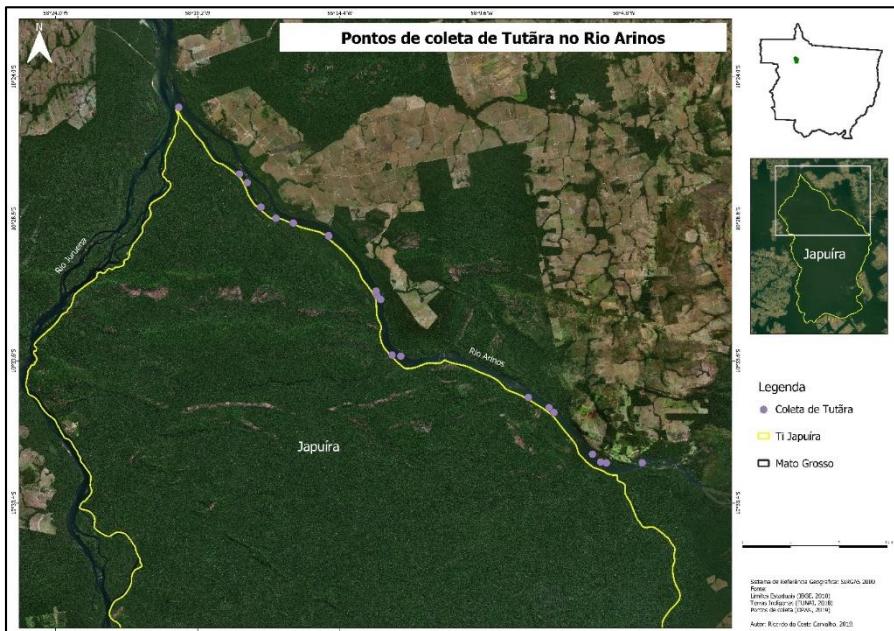
Especificamente, este estudo foi encomendado em meio às discussões sobre os impactos da Usina Hidrelétrica de (UHE) Castanheira no rio Arinos e em toda a bacia do rio Juruena, no noroeste de Mato Grosso. Este é um dos 138 empreendimentos identificados na região, entre planejados, em construção e em operação (OPAN, 2019) e é considerado estratégico do ponto de vista do setor elétrico, uma vez que poderá viabilizar a construção de outras usinas de grande porte à jusante.

Conforme aponta Athila, tais projetos têm sistematicamente obedecido a critérios, justificativas e procedimentos de implantação não participativos e incompatíveis com diferentes aspectos de direitos de povos indígenas assegurados pela Constituição Federal, como por pactos internacionais dos quais o Brasil é signatário. Como ponto de partida vicioso, os indígenas não participam sobre a discussão de diretrizes e justificativas que previamente validam as iniciativas projetadas ainda no planejamento

setorial, sendo, quando muito, convidados a se manifestarem em fase adiantada do processo, quando do licenciamento ambiental.

Hoje, são conhecidos numerosos danos ambientais e sociais decorrentes do projeto da UHE Castanheira, estimados por perícias judiciais e estudos independentes. Mas um aspecto central resta subestimado nas análises realizadas até aqui, agora suprida por esta pesquisa de fôlego: a ameaça direta a recursos materiais e imateriais de importância inestimável ao povo Rikbaktsa, no caso do chamado “colar de casamento Rikbaktsa”, o *Tutāra* – uma das mais elaboradas peças de arte plumária e eclética não apenas produzida, mas plenamente utilizada contemporaneamente por um povo ameríndio (Lagrou 2016; Athila 2016).

O estudo demonstra que ele é resultado de uma rede sociotécnica interaldeã que envolve os locais originários das matérias-primas empregadas e, segundo Athila, “**nada disso é passível nem de restituição, nem de mitigação**”. Do ponto de vista do *Tutāra*, boa parte dos recursos que a UHE Castanheira irá consumir, com certeza científica, o será de forma definitiva e não renovável. A análise considera que, nesse aspecto, o Estudo de Impacto Ambiental/Relatório Impacto Ambiental (EIA/RIMA) apresenta não mais que incertezas e vacuidades, quando não, uma sumária ausência.



Um exemplo gritante é a inexistência de um estudo qualificado do impacto da UHE sobre peixes, regimes hidrológicos e qualidade da água, conforme o próprio Estudo do Componente Indígena (ECI), apresentado pelo financiador admite (ECI UHE Castanheira [vol II]: 179). Este estudo é essencial para uma adequada compreensão do impacto do empreendimento, tanto à segurança alimentar e

nutricional quanto à saúde coletiva dos povos indígenas da região, determinando efeitos de importante magnitude, da comida à água que bebem e nutre o ecossistema da microbacia, sem falar em alterações sobre a disponibilidade e possível extinção de espécies de seu meio biótico. Dentre estes efeitos, ignorados pelo referido estudo, destaca-se o certo desaparecimento do molusco bivalve (*Paxyodon syrmatophorus*), matéria primordial do *Tutāra*, naquele ponto de coleta imemorialmente ocupado pelos Rikbaktsa (Callil 2019), conforme ilustra o mapa.

## Tutāra

*Tutāra* é a concha do molusco bivalve (*Paxyodon syrmatophorus* (Bivalvia: Hyriidae) (Callil 2019) que dá nome ao colar cujo uso não é restrito apenas ao casamento e é encontrado exclusivamente no baixo curso do rio Arinos.

O *Tutāra* é um belo artefato essencialmente composto sob a maestria das mulheres rikbaktsa e a única peça da extensa coleção da plumária exclusivamente usada por elas<sup>1</sup> (Athila 2016). Ele é feito da artesanal junção de diferentes partes que são, elas mesmas, extensivamente

trabalhadas por várias pessoas, de diversos gêneros, aldeias e Terras Indígenas ocupadas pelos Rikbaktsa.

A riqueza da composição do *Tutāra* é tamanha que exigiu a revisão da classificação tradicionalmente empregada para descrever os adornos plumários ameríndios (Ribeiro 1957). Onde Ribeiro refere-se ao “cobre-nuca”, o *Tutāra* passa a exigir e cunhar o termo “cobre-costas”. Seu uso e processo de produção, na longa duração, com a ampla participação da coletividade remete a um conjunto significativo de saberes nativos cultivados e transmitidos. De acordo com Athila, “ele é resultado de um *corpus* de conhecimentos sobre um universo com ontologia e funcionamento particulares, com os quais o Estado e qualquer iniciativa de política pública que impacte diretamente a existência Rikbaktsa têm a prescrição de dialogar, nos termos de uma simetria de estatuto, em acordo com dispositivos constitucionais e também supra-constitucionais, como a Convenção 169, sobre Povos Indígenas e Tribais (1989), ratificada pelo Brasil através do Decreto Legislativo 143, de 20 de junho de 2002 e decretada através do Decreto 5.051, de 19 de abril de 2004”.



<sup>1</sup> Diferentes tipos de cocares, braçadeiras, a grinalda, chocalhos e outros adornos plumários e ecléticos Rikbaktsa podem ser utilizados por homens e mulheres, em determinados momentos das festas do ciclo ritual regular Rikbaktsa (Athila 2006). O *Tutāra*, contudo, só pode ser utilizado por mulheres, de diferentes idades, em diferentes contextos rituais que englobam o casamento pontual, indo muito além dele.



Neste sentido, o *corpus de conhecimentos Rikbaktsa sobre o Tutāra e seu ambiente* tem a propriedade tanto de se contrapor quanto de se somar ao conhecimento propriamente científico, enriquecendo-o e tornando a compreensão de seus efeitos mais robusta e acertada, seja do ponto de vista jurídico, seja do ponto de vista dos certos impactos do barramento do rio Arinos. Assim, tanto a *tutāra* é um organismo típico e predominante deste rio – e uma avaliação das condições socioambientais resultantes da construção e do funcionamento da UHE Castanheira aponta para o certo desaparecimento do bivalve (Callil 2019) – quanto suas formas imemoriais de aquisição, tratamento e uso pelos Rikbaktsa estarão extintas junto com o molusco.

**O *Tutāra*, como o conjunto de práticas e saberes dentro do qual existe, são simultaneamente patrimônio arqueológico, histórico e cultural.** O rio Arinos e a bacia do Juruena formam um “ambiente” completamente comprometido com os Rikbaktsa, na forma pela qual eles o percebem e nele atuam e existem, de modo que os próprios Rikbaktsa e outros povos indígenas, ocupantes imemoriais da região, antropicamente, foram coletivamente construindo o que ele é hoje (Ingold 2000: 40).

Os processos de aquisição da *tutāra*, do bivalve, como das tantas matérias plumárias e ecléticas que compõem o *Tutāra*, vistos sob esta ótica ampla, incluem e ultrapassam o que equivocadamente se considera ser sua simples “coleta”. No caso Rikbaktsa, isto remete a uma complexa tecnologia de negociação sociológica e mesmo cosmológica. É obrigatória a inserção do *Tutāra* neste *ambiente*, em um amplo conjunto de *saberes* e seu modo coletivo e compartilhado de produção. O colar não existe nem pode ser produzido se apartado ou na ausência deste “meio”, resguardado em suas integrais condições. A relação entre a concha, o colar de casamento e o rio Arinos é tão estreita que ganha expressão linguística. São praticamente homônimos, guardando também completa relação de significado.

Para que o povo Rikbaktsa possa existir em sua singularidade constitucionalmente resguardada, o rio Arinos, o *tutāra itsik* e seu ambiente são fundamentais em sua integralidade. Ele é o *locus* da concha *tutāra*, como de outros recursos singulares. São os *waribubutsa* (“caramujinhos”), usados em braçadeiras curtas, o algodão (*mazori*), que deve ser torcido para que se façam os cordéis-base do *Tutāra* e de outros artefatos, o tucum, as taquaras e pontas de flecha *zayta*, para matar grandes mamíferos.

Também do rio Arinos, os Rikbaktsa retiram a **madeira para fazer os discos auriculares masculinos** ou *speoketsa*, usados por alguns homens e nas imitações de seres metafísicos, desempenhadas por homens e mulheres nos ritos regulares. Eles também realizam a **coleta da sorveira**, na época certa, com o liber da qual fazem o *tsanipe*, uma espécie de bolsa de entrecasca, onde os Rikbaktsa guardam suas valiosas penas para plumária e para fazer flechas, algumas já enfileiradas em cordéis-base ou que estão em pleno processamento, estando amarradas e/ou coladas com cera vegetal. A fibra da sorveira é usualmente empregada para fazer fogo por fricção, com pau de urucum (*iharapoktsa*) ou ponta de

flecha Jurupará (*zayta*), com o pau de *bamy*, de modo que a faísca assim produzida consuma as fibras de *tsanipe* com o fogo. Podem usar também fibra de algodão (*mazozí*). Outro recurso encontrado exclusivamente no rio Arinos é a *mypik* ou “**parajuba**”, a madeira para fazer a mão-de-pilão (*harahara irikdo*/“pênis do pilão”). A **pedra de fazer beiju** (*arikpe*) é usada nas festas como modo obrigatório de preparo do beiju de castanha-do-pará e milho. Este tipo de pedra existe apenas no rio Arinos. A **semente papairiktsa**, com a qual as mulheres fazem grandes feixes de colar, também só é encontrada no rio Arinos. Como a *tutára*, seu lugar de coleta mais abundante é exatamente onde os Rikbaktsa escolheram fundar a aldeia Castanhal, posteriormente à retomada da Terra Indígena Japuíra. A *tutára* e o rio Arinos encontram-se também a serviço da produção de **panelas de barro**. A concha, como barreiros que lá estão, são a base material para a produção de panelas de barro pelas mulheres Rikbaktsa, as *rikbakkyryk* ou *kykyryk*. Apenas as mulheres (*kykyryk*) fazem as panelas de barro. Mais que utilitários, as panelas de barro das *kykyryk* estão associadas a um conjunto de conhecimentos transmitidos geracionalmente entre as mulheres. Elas utilizam também a *tutára*, a mesma concha utilizada no “colar de casamento”, como *alisador* do barro. A *tutára* é, desta maneira, inseparável deste processo coletivo de produção. Não é possível fazer panela, transmitir saberes que transitam entre diferentes gerações de mulheres, de diversas parentelas, sem utilizar a *tutára*.

Se as conchas do rio Arinos não podem ser substituídas por outras, ainda que fossem de espécie idêntica, porque o rio e a aquisição de seus recursos fazem parte de uma dinâmica imemorial dos movimentos anuais dos Rikbaktsa, **também não há outro povo indígena capaz de produzir e usar o *Tutára***. Ele é fruto dos saberes singulares Rikbaktsa, do modo como se organizam, casam-se, articulam-se e desempenham seus ritos anuais; de como vêm existindo ao longo do tempo.

Dentro de um panorama sociológico, fazer o *Tutára*, desde o processo de coleta da concha e de outras matérias, como seu uso, devem obedecer ao parâmetro da “beleza” e “adequação” (Athila, 2019). Isto significará, entre outras particularidades, um controle de qualidade extremado das combinações como das relações entre aqueles que estão fazendo o colar e dos momentos em que cada fase da produção acontece.

O *Tutára* tem uma singularidade que o distingue das demais peças da coleção. Seu uso, tanto quanto seu processo de fabricação, ocorre prescritivamente sob a gestão e a maestria das mulheres, as *rikbakkyryk*. De fato, as mulheres Rikbaktsa não usam e jamais usaram o *Tutára* fora de momentos rituais ou episódios ritualizados do cotidiano, como reuniões comunitárias e em outras manifestações públicas. O mais importante é registrar que **o *Tutára* é exclusivamente feito por mestras Rikbaktsa e somente usado pelas mulheres. Isto é uma prerrogativa que não atinge qualquer dos demais e múltiplos artefatos plumários Rikbaktsa**.

## Conclusão

Se ambiguidades, vacuidades, avaliações subdimensionadas, graves omissões e vícios jurídicos possivelmente caracterizam a construção e a operação da UHE Castanheira, conforme apontado em representação encaminhada ao Ministério Público Federal em 18 de outubro de 2019, há *absoluta certeza científica* de que a aniquilação da possibilidade de existência do *tutára*, **como acontece à *tutára*, enquanto organismo, fere fatalmente a existência dos Rikbaktsa enquanto povo**.

Se os Rikbaktsa continuam a produzir suas *belas* plumárias isto também acontece porque, entre outras razões, têm uma inquestionável eficiência em resguardar os serviços ecossistêmicos da parte de seu território imemorialmente ocupado que lhe foi formalmente restituída, ao ser reconhecida pelo Estado. Dentro dele, o rio Arinos, o *Tutāra itsik*, não apenas, mas notadamente em sua margem esquerda, é o *locus* de diversos grupos sociológicos, festas, eventos, expedições da época de seca e recursos singulares, efetivamente utilizados por eles.

O *Tutāra*, o conjunto de artefatos plumários e ecléticos do qual faz parte, compreendido em seu *ambiente* – do rio Arinos à sociologia Rikbaktsa -, neste amplo conjunto de saberes e fazeres dos diversos grupos Rikbaktsa, é um bem de natureza material e imaterial. Refere-se diretamente, para parafrasear o Artigo 216 da nossa Constituição Federal, “à identidade, à ação, à memória” Rikbaktsa, como dos diversos povos indígenas da região. Segundo a lógica constitucional, **o *Tutāra* remete a “formas de expressão”, “modos de criar, fazer e viver”, como não pode existir e ser retirado de “sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico”, como o baixo rio Juruena e o rio Arinos.**

Este trabalho, portanto, além de dar visibilidade a um aspecto central e flagrantemente subdimensionado na avaliação de impactos sociais e ambientais da UHE Castanheira, traz luz ao significado do *Tutāra* e o rio Arinos como ponto de vista privilegiado sobre o modo de existência e resistência do povo Rikbaktsa. É imperativo que a opinião pública conheça a grandeza dos impactos potenciais decorrentes deste empreendimento sobre o povo Rikbaktsa e a autoridade licenciadora, agora devidamente científicamente fundamentada, assuma a responsabilidade quanto a decisão sobre o seguimento deste empreendimento, que atinge frontalmente o direito de existir dos povos indígenas.

#### **Sobre a autora e a realização deste trabalho:**

Adriana Athila é Doutora em Antropologia Cultural, pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ). Realiza pesquisa antropológica entre os Rikbaktsa desde o ano de 2000 – com apoio, ao longo dos anos, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ (PPGSA/UFRJ), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Fundação de Apoio à Pesquisa do estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), da Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research e do Museu do Índio/FUNAI (RJ), através do Programa de Documentação de Línguas e Culturas Indígenas (PROGDOC), criado em parceria com a UNESCO, no ano de 2008.

Mais recentemente, as pesquisas de campo continuam, com ênfase na avaliação de políticas públicas com impactos sobre a vida e a saúde dos Rikbaktsa, com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), através de uma bolsa de PNPD, do Programa de Epidemiologia em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública (FIOCRUZ/RJ) e do apoio da Fundação Wellcome Trust, dentro do Projeto Saúde dos Povos Indígenas do Brasil.

Colaboração de Terra Indígena (TI) Escondido e, principalmente, nas Terras Indígenas Erikpatsa e Japuíra. Destaque para: Geraldino Patamy (*in memoriam*), Ana Maria Mawy (*in memoriam*), Helena Zydyk, Francisco Pikze, Ivone Ikawy, Tebe (*in memoriam*), Rosália Tabawy, Aristides Tsāpōita (*in memoriam*), Mamita, Paulo Tsikdi, Mariana Hokmawy, Oséias Tatsau, Kapadrasto Amawi (*in*

*memorian), Apute, João Batista Eskawata (in memorian), Donato Bibitata, Nicolau Meo, Salvador Tsektsemy (in memorian), Ivan Ubupyk (in memorian), Vicente Bitsezik, Rosa Naodyk, Isidoro Rerõmytsa, Benedito Aknabuwy, Beatriz Mohã, Matias Tsibatsibata (in memorian), Maria Dolores Piavo, Ângelo Koi, Lourdes Wahumy.*

Este Relatório Técnico não seria possível sem a colaboração de uma equipe de especialistas em campo que, com algumas orientações direcionadas à produção deste documento, viajou ao rio Arinos, em agosto de 2019, agregando informações de crucial importância sobre os recursos do rio, sua disposição e seu processo de coleta: São eles, Ricardo Carvalho (Indigenista/OPAN), Adriano Gambarini (Fotógrafo), Rogerderson Natsitsabuwy Rikbakta (Estudante), Dra. Cláudia Callil (Bióloga/UFMT) e Sérgio Eduardo Vicentin (Técnico da UFMT), tendo sido conduzidos pelos especialistas indígenas Paulo Tsikdi, Olga Aikdapa, Francisco Pikze, Vicente Bitsezik, Rosa Naudy, Romeo Tsodoi Rikbaktsa, Nerli Rikbaktsa, Isabel Pysuwy.

### **Referências:**

- ATHILA, A. 2016. “Colar de casamento Rikbaktsa Tutãra”. In: Lagrou, E. (org), *No caminho da miçanga: um mundo que se faz de contas*, pp: 170-173. Rio de Janeiro: Museu do Índio.
- ATHILA, A. R. 2019. A “caixa de Pandora”: representação, diferença e tecnologias nativas de reprodução entre os Rikbaktsa (Macro-Jê) do sudoeste amazônico, *Revista de Antropologia*, 710-743. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- ATHILA, A. 2020. “Saber, fazer, existir: o povo Rikbaktsa o Tutãra (colar de casamento) e o rio Tutãra itsik (“água de concha” ou rio Arinos)”. [Relatório Técnico OPAN]
- CALLIL, C. T. 2019. Avaliação da vulnerabilidade de *Paxyodon syrmatophorus* (BIVALVIA: HYRIIDAE) no rio Arinos, MT. [Documento Técnico OPAN]
- ECI UHE CASTANHEIRA 2017. Estudo do Componente Indígena da UHE Castanheira [volume II], de autoria de Alexandre Nunes da Rosa, MRS Estudos Ambientais Ltda. Brasília: DF. [Documento Técnico]
- INGOLD, T. 2000. 2000. *The Perception of the Environment. Essays on Livelihood, Dwelling and Skill*. London & New
- LAGROU, E. M. 2016 (Org). *No caminho da miçanga: um mundo que se faz de contas* [Catálogo da Exposição]. Rio de Janeiro: Museu do Índio.
- RIBEIRO, B. G. 1957. “Bases para uma classificação dos adornos plumários dos índios do Brasil”. Arquivos do Museu Nacional XLIII, pp: 59-119

